



By @kakashi_copiador

Aula 04 - Profº Túlio Lages

*CNU - Passo Estratégico de
Administração Pública Federal - 2024
(Pós-Edital)*

Autor:
**Túlio Lages, Vinicius Rodrigues de
Oliveira**

15 de Janeiro de 2024

Índice

1) Simulado - Estatuto dos Servidores Federais - ME	3
---	---



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	21
Referências Bibliográficas	79

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Estatuto dos Servidores Federais

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

Abrangência da Lei (art. 1º). Definição de servidor público e cargo público (arts. 2º e 3º).
Proibição de prestação de serviços gratuitos (art. 4º).

1) De acordo com os seus conhecimentos sobre a Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta:

- a) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- b) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- c) Os cargos públicos são criados por lei e são acessíveis a todos os brasileiros.
- d) É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.
- e) Os cargos públicos possuem denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento sempre em caráter efetivo.

Formas de provimento (art. 5º a 32)



2) Ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, constitui requisito indispensável para acesso a cargos ou empregos públicos a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. A respeito das formas de provimento de cargo público, assinale a alternativa que está em consonância com os ditames da Lei nº 8.112/1990:

- a) O ingresso no serviço público é restrito aos brasileiros, natos ou naturalizados.
- b) O provimento dos cargos públicos no âmbito da Administração Pública federal direta far-se-á mediante ato do Presidente da República.
- c) O novo servidor, na data da posse, deve ter, no mínimo, 18 anos de idade.
- d) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- e) São formas de provimento de cargo público, entre outras: nomeação, promoção, ascensão, transferência e remoção.

3) A respeito da posse em cargo público, com base na Lei nº 8.112/1990, considere as seguintes afirmações:

I - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

II - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 30 dias prorrogáveis por igual período.

III - A posse poderá dar-se mediante procuração geral.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

4) A respeito do provimento derivado de cargos públicos, considere:

I – retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

II – investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.



III – retorno a atividade de servidor aposentado.

IV – reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Essas modalidades referem-se, respectivamente, a:

- a) readaptação, recondução, reversão, reintegração.
- b) reversão, readaptação, recondução e reintegração.
- c) readaptação, recondução, reintegração e reversão.
- d) recondução, reversão, reintegração, readaptação.
- e) recondução, readaptação, reversão, reintegração.

5) Relacione as formas de provimento de cargo público, previstas no art. 8º da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, às suas respectivas características. Ao final, assinale a opção correspondente.

1. promoção

2. readaptação

3. reintegração

4. recondução

() é caracterizada pelo retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo ou quando o anterior ocupante é reintegrado.

() é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

() é caracterizada pelo retorno do servidor estável a seu cargo anteriormente ocupado, ou cargo resultante de sua transformação, após ter sido invalidada sua demissão, com ressarcimento de todas as vantagens.

() é a forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada.

1, 2, 3, 4

4, 3, 1, 2

1, 3, 4, 2



4, 2, 3, 1

4, 1, 3, 2

6) De acordo com os seus conhecimentos sobre a Lei 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) Dentre os requisitos básicos de investidura em cargo público, podemos citar a nacionalidade brasileira, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, a idade mínima de dezesseis anos e a aptidão física e mental.
- b) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado reserva de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- c) O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que receberá apenas a remuneração maior dentre ambos os cargos.
- d) A nomeação far-se-á em caráter efetivo ou em comissão, devendo para tanto, haver prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- e) Além do concurso público ter validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, é vedado a abertura de novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

7) De acordo com os seus conhecimentos sobre a Lei 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta:

- a) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento
- b) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- c) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, podendo ser empossado somente aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
- d) O servidor tem até 15 dias, contados da data da posse em cargo público, para entrar em exercício.
- e) O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação



8) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens que estão de acordo com a Lei 8.112/90:

I - A promoção interrompe o tempo de exercício, não sendo contado no novo posicionamento na carreira.

II - O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos em lei.

III - O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido cedido terá, no mínimo, quinze e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

IV - O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

- a) I
- b) II
- c) I e II
- d) II e III
- e) III e IV

9) Considerando a Lei 8.112/90, assinale a opção incorreta:

- a) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- b) Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.
- c) A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.
- d) O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, deduzido das vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
- e) Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

10) Considerando a Lei 8.112/90, assinale a opção correta:

- a) O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.



b) A suspensão ou a interrupção do exercício do servidor serão registrados no assentamento do seu superior imediato.

c) Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, sem exceções.

d) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade será feito, de preferência, com seu aproveitamento em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

e) Recondução ocorre apenas nos casos em que houver o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrente da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

Vacância (arts. 33 a 35)

11) São hipóteses de vacância, exceto:

a) Exoneração

b) Promoção

c) Readaptação

d) Falecimento

e) Reversão

12) De acordo com os seus conhecimentos sobre vacância em cargo público, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A exoneração de cargo efetivo poderá ser decorrente tanto de pedido do servidor, quanto de ofício.

II - A exoneração de ofício ocorre apenas quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Item III - A exoneração de cargo em comissão poderá ocorrer a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.

a) Apenas o item I está correto

b) Apenas o item II está correto

c) Apenas o item III está correto

d) O item I e III estão corretos

e) O item II e III estão corretos



Remoção e redistribuição (arts. 36 e 37)

13) Utilize seus conhecimentos acerca da remoção e redistribuição citada na Lei 8.112/90, e assinale a alternativa incorreta:

- a) A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- b) Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.
- c) O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.
- d) Poderá ocorrer a remoção para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, no caso em que houver promoção de processo seletivo onde o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
- e) A redistribuição será acompanhada necessariamente do interesse da administração, equivalência de vencimentos, renovação da essência das atribuições do cargo e sua compatibilidade com as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

Substituição (arts. 38 e 39)

14) Analise os itens a seguir acerca da substituição de servidores, e assinale a alternativa correta:

I - O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

II - Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, posteriormente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

III- O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a vinte dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Os itens I e II estão corretos.



e) Os itens II e III estão corretos.

Vencimento e Remuneração (arts. 40 a 48)

15) Considerando a legislação de pessoal em vigor e a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a opção correta.

- a) A limitação temporal para a apresentação do atestado médico para homologação encontra fundamento na Lei n. 8.112/90.
- b) O estágio probatório protege o funcionário contra a extinção do cargo.
- c) É possível a recondução à pedido enquanto o servidor estável estiver em estágio probatório.
- d) É sempre necessária a reposição dos pagamentos indevidos efetuados pela Administração ao servidor, sob pena de enriquecimento ilícito deste.
- e) Sempre que comprovada a ocorrência de caso fortuito ou força maior, será admitida a compensação de horário.

16) A respeito dos vencimentos e remunerações dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Vencimento é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- b) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- c) É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, incluindo as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- d) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
- e) O total de consignações facultativas não excederá a 30% da remuneração mensal do servidor, sendo 5% reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito e utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

17) A respeito dos vencimentos e remunerações dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.



- b) O valor de cada parcela da reposição ou indenização ao erário a ser paga, não poderá ser inferior ao correspondente a 10% da remuneração, provento ou pensão.
- c) Quando ocorrer pagamento indevido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.
- d) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de trinta dias para quitar o débito.
- e) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Vantagens: indenizações, retribuições, gratificações e adicionais (arts. 49 a 76)

18) A respeito dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O adicional de horas extras é remunerado com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho, não integrando a remuneração do servidor público federal, por possuir natureza indenizatória.
- b) A gratificação natalina integra os vencimentos para fins de cálculo de outras vantagens e adicionais.
- c) Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento de servidor público federal.
- d) Predomina o entendimento de que, no âmbito da Administração Pública federal, a aquisição da estabilidade está desvinculada do estágio probatório, uma vez que, conforme a Constituição Federal de 1988, a estabilidade é alcançada após 3 anos de efetivo exercício e, nos termos da Lei nº 8.112/1990, o estágio probatório dura 24 meses.
- e) O servidor público submetido, ao mesmo tempo, a condições de trabalho insalubres e perigosas receberá os respectivos adicionais.

19) Sobre a Lei nº 8.112/90, marque a alternativa correta:

- a) Constituem modalidades de indenização ao servidor público o auxílio-moradia, a ajuda de custo e o adicional noturno.
- b) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é redutível nas situações legalmente estabelecidas.
- c) A reversão a pedido exige, além da solicitação do servidor, que haja cargo vago, que a aposentadoria tenha sido voluntária e tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação e que o servidor fosse estável quando na atividade.
- d) São hipóteses de vacância que constituem sanção disciplinar a demissão e a exoneração.



e) O servidor em estágio probatório não pode ser afastado para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

20) Sobre as Vantagens pagas ao servidor, assinale a alternativa incorreta:

- a) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor indenizações, gratificações e/ou adicionais.
- b) As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- c) O servidor poderá receber ajuda de custo destinada a compensar as despesas com sua instalação que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
- d) A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 5 (cinco) meses.
- e) Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

21) De acordo com a lei 8.112/1990 sobre diárias, indenização de transporte e auxílio-moradia, assinale a alternativa correta.

- a) Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor deverá receber diárias equivalentes aos dias em que estiver afastado.
- b) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 3 dias.
- c) O servidor que retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, fica obrigado a restituir a diária recebida no prazo de 5 dias úteis.
- d) Será concedida indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.
- e) O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 20% do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado.

22) Sobre as Vantagens pagas ao servidor, assinale a alternativa correta:

- a) A gratificação natalina corresponde a 1/12 da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, sendo que a fração igual ou superior a 20 dias será considerada como mês integral.



b) A servidora gestante ou lactante sera atastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

c) Os servidores que operam Raios X ou substâncias radioativas serão submetidos a exames médicos a cada 4 meses.

d) O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25%, computando-se cada hora como cinquenta e cinco minutos e trinta segundos.

e) A Gratificação por Encargo de Curso é incorporada ao vencimento ou salário do servidor, sendo utilizada como base de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Férias (arts. 77 a 80)

23) Raquel, servidora do Tribunal Superior do Trabalho, ingressou no serviço público federal em maio de 2017 e pretende usufruir férias em março de 2018, pois sua família viajará a lazer para praias do Caribe. Nessa situação, nos termos da Lei nº 8.112/1990,

a) Raquel poderá tirar férias proporcionais aos meses de serviço exercidos.

b) Raquel poderá tirar férias de apenas 10 dias.

c) Raquel poderá tirar férias de 20 dias, por aplicação analógica do art. 79 da Lei nº 8.112/1990, uma vez que ultrapassou o período de 6 meses de serviço.

d) Raquel poderá tirar férias de 30 dias, referentes ao período do ano de 2018.

e) Raquel não poderá tirar férias em março de 2018, pois não terá alcançado o período aquisitivo referente ao primeiro período de descanso.

24) De acordo com os seus conhecimentos sobre o direito de férias citado na lei 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta:

a) O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

b) Em caso de parcelamento das férias, o servidor receberá o valor adicional de 1/3 a mais do que o salário normal, na utilização do primeiro período.

c) As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.



d) A indenização de férias de servidor exonerado será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

e) O pagamento da remuneração das férias será efetuado em até 24 horas antes do início do respectivo período.

Licenças, afastamentos e concessões (arts. 81 a 99)

25) Rubens é servidor público do Ministério do Trabalho e se casará em breve. O pai de Adriana, servidora pública da Universidade de Brasília há 5 anos, faleceu recentemente. Gean, servidor público da ABIN pretende doar sangue. Os prazos para ausência do serviço, sem qualquer prejuízo, nas hipóteses mencionadas, são de, respectivamente:

a) 7 dias, 8 dias, 1 dia.

b) 8 dias, 7 dias, 1 dia.

c) 8 dias, 3 dias, 2 dias.

d) 8 dias, 8 dias, 1 dia.

e) 5 dias, 3 dias, 1 dia.

26) Considere a seguinte situação hipotética: Alfredo, servidor público federal desiludido com o atual contexto político do país, pretende licenciar-se do cargo que ocupa para candidatar-se a cargo eletivo nas próximas eleições. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

a) Alfredo terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

b) a partir do registro da candidatura e até o terceiro mês seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo.

c) se Alfredo candidatar-se a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e exercer cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do terceiro mês imediatamente anterior à data do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

d) Alfredo terá direito à licença, sem remuneração, desde o dia do registro de sua candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.

e) Alfredo terá direito a licença remunerada a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição.



27) Juliana é servidora pública federal e está no segundo período da faculdade de Engenharia Civil da sua cidade. A Administração Pública, no seu interesse, editou ato que determinou a mudança de sede de Juliana. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, sendo preenchidos os demais requisitos legais, será assegurada matrícula em instituição de ensino congênere,

- a) no início do próximo ano letivo, desde que exista vaga.
- b) apenas na localidade da nova residência.
- c) em qualquer período do ano, mas apenas se houver vaga, arcando a Administração Pública com eventuais prejuízos suportados pela servidora em decorrência do período em que ela ficar sem estudar.
- d) na localidade da nova residência ou na mais próxima, em qualquer época do ano, independentemente de vaga.
- e) no início do ano letivo seguinte, independentemente de vaga.

28) Quanto às regras impostas aos servidores públicos federais, consoante disposição da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é incorreto afirmar que:

- a) para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, o afastamento do servidor dar-se-á com perda total da remuneração.
- b) para ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, o servidor prescinde de autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) para a participação do servidor em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País, são possíveis a compensação de horário e o afastamento do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração.
- d) a duração máxima do trabalho semanal do servidor é de quarenta horas.
- e) durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Federal, o servidor terá direito a licença.

29) Referente a licenças, afastamentos e concessões, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa que contenham apenas as pessoas que falaram a verdade.

Rafaela: É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família

Cristiano: A licença concedida dentro de 90 dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.



Luiz: A licença por motivo de afastamento do conjugue ou companheiro sera por prazo indeterminado e sem remuneração.

Marisa: Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

- a) Rafaela e Cristiano estão certos
- b) Rafaela e Luiz estão certos
- c) Cristiano e Luiz estão certos
- d) Cristiano, Luiz e Marisa estão certos
- e) Rafaela, Luiz e Marisa estão certos

Tempo de serviço (arts. 100 a 103)

30) Considere as seguintes hipóteses:

I – Férias.

II - Exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República.

III – Participação em júri.

IV – Licença-paternidade.

A Lei nº 8.112/1990 considera, como de efetivo exercício, os afastamentos previstos nos itens

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

Direito de Petição (arts. 104 a 115)

31) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo. Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei 8.112/1990.

a) Referente a petição, caberá recurso quando houver indeferimento do pedido de reconsideração ou contra decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.



- b) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- c) O direito de requerer prescreve em 5 anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho, e em 120 dias nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.
- d) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não suspendem a prescrição.
- e) A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Regime disciplinar (arts. 116 a 142)

32) Allan, servidor público federal integrante do quadro do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, discutiu calorosamente com Rafael, seu subordinado, uma vez que seu subalterno vinha apresentando conduta desidiosa no desempenho de suas atribuições. Dessa discussão, resultaram agressões físicas mútuas, iniciadas por Allan. Nesse contexto, conforme a Lei nº 8.112/1990, Allan

- a) deve ser punido com a penalidade de demissão, em virtude da gravidade da sua conduta.
- b) deve ser punido com a penalidade de suspensão por período superior a 30 dias, limitada a 90 dias, pois a gravidade da sua conduta é atenuada pela desídia de Rafael, seu subordinado.
- c) deve ser punido com a penalidade de suspensão de até 30 dias, pois a gravidade da sua conduta é atenuada pela desídia de Rafael, seu subordinado.
- d) não deve ser punido, pois a reprovabilidade do comportamento de Rafael justifica a sua conduta.
- e) deve ser exonerado.

33) Jair, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no exercício de suas atribuições, praticou ato de improbidade administrativa. Conforme previsto na Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar atinente ao ato infracional praticado por Jair prescreverá em

- a) 180 dias.
- b) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 5 anos.
- e) não prescreverá.



34) Rones, antes servidor público do Ministério Público da União, foi condenado a penalidade de demissão, após regular procedimento administrativo. Marina, servidora do Ministério da Fazenda, foi destituída do cargo em comissão que ocupava. Conforme a Lei nº 8.112/1990, essas penalidades disciplinares foram aplicadas, respectivamente, pelo

- a) Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda.
- b) Procurador-Geral da República e pela autoridade que houver feito a nomeação.
- c) Procurador-Geral da República e pelo Presidente da República.
- d) Presidente da República, em ambos os casos.
- e) Procurador-Geral da República e pelo Ministro da Fazenda.

35) Guilherme, servidor do Superior Tribunal de Justiça, foi chamado pelo setor de pessoal daquela Corte para atualizar seus dados cadastrais, recusando-se a fazê-lo. Em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar para a penalidade aplicável a Guilherme, nesse caso, prescreverá em

- a) 180 dias.
- b) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 5 anos.
- e) 10 anos.

36) Quanto ao regime disciplinar e à responsabilidade do servidor público, pode-se afirmar, corretamente, que:

- a) o servidor deve observar as normas legais e regulamentares, bem como cumprir, indistintamente, as ordens superiores.
- b) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros, e depende da comprovação do dolo.
- c) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor solidariamente perante a Fazenda Pública.
- d) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por falta de provas.
- e) as sanções civis, penais e administrativas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente.



37) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens que estão de acordo com a lei 8.112/1990

I - Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

II - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

III - Será punido com suspensão de até 30 dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

IV - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 e 5 anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) III e IV
- e) I, II e IV

38) São penalidades disciplinares, exceto:

- a) Advertência
- b) Suspensão
- c) Demissão
- d) Destituição do cargo ou da função comissionada
- e) Multa

Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (art. 143 a 182)

39) Considere os seguintes itens:

I - Interrogatório do servidor acusado.

II - Inquirição de testemunhas.

III - Indicação do servidor.

IV - Apresentação de defesa escrita.

Conforme a Lei nº 8.112/1990, as fases do devido processo administrativo disciplinar acontecem na seguinte ordem:

a) I, II, III e IV.

b) II, I, III e IV.

c) III, IV, II e I.

d) III, IV, I e II.

e) I, IV, II e III.

40) O Tribunal Superior do Trabalho instaurou processo administrativo disciplinar para apurar suposta conduta grave dos servidores Renata, Letícia e Márcio, que, caso confirmadas, sujeitariam os servidores à penalidade de demissão. Após o início do inquérito para investigação das mencionadas condutas, e tipificada a infração disciplinar, os três servidores foram citados pela autoridade responsável para apresentar defesa escrita. Nesse caso, o prazo para apresentação das defesas escritas será

a) individual, de 10 dias para cada servidor.

b) individual, de 20 dias para cada servidor.

c) comum, de 10 dias.

d) comum, de 20 dias.

e) comum, de 30 dias.

41) Sobre o processo administrativo disciplinar, podemos afirmar que:

a) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração em até 30 dias, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

b) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, mesmo que sejam feitas anonimamente.



- c) O prazo para a conclusão de sindicância aberta não excederá 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.
- d) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (sessenta) dias, prorrogável por igual prazo devidamente justificado.
- e) O processo disciplinar se desenvolve na seguinte ordem: instauração, julgamento, inquérito e conclusão.

42) Analise os itens a seguir a assinale a alternativa que contenha apenas os itens corretos:

I - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

II - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

III - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão emitirá parecer sobre a sua desqualificação, e notificará em até 10 dias, junta médica oficial para que prossiga com o inquérito.

IV - Autoridade julgadora proferirá a sua decisão no prazo de 30 dias contados do recebimento do processo. Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

Seguridade social do servidor (art. 183 a 230)

43) De acordo com a Seguridade Social do Servidor, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.



b) Dentre os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor, podemos citar: aposentadoria, auxílio-natalidade, salário-família, assistência à saúde e ao lazer, licença por acidente de trabalho e licença para tratamento de saúde.

c) A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

d) A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 12 (doze) meses.

e) O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, exceto no caso de natimorto.

44) Analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

a) O salário-família é devido apenas ao servidor ativo, sendo apurado por dependente econômico.

b) Quando o pai e mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a mãe, e quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

c) O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para a Previdência Social.

d) A licença para tratamento de saúde será sempre acompanhada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.

e) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 ano de idade, serão concedidos 120 dias de licença remunerada.

45) Analise as alternativas a seguir e assinale a incorreta.

a) Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

b) O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

c) A pensão por morte provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

d) O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a três mês da remuneração ou provento.

e) O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.



Disposições Gerais (arts. 236 a 242)

46) De acordo com a Lei 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta.

- a) Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.
- b) Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.
- c) Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.
- d) Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical.
- e) É vedado a instituição de prêmios pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais.

GABARITO

1. E	2. C	3. A	4. E	5. D
6. E	7. B	8. B	9. D	10. A
11. E	12. D	13. E	14. A	15. C
16. D	17. D	18. C	19. C	20. D
21. D	22. B	23. E	24. E	25. D
26. A	27. D	28. B	29. E	30. C
31. D	32. A	33. D	34. B	35. A
36. E	37. E	38. E	39. B	40. D
41. C	42. A	43. C	44. C	45. D
46. E				



QUESTÕES COMENTADAS

Abrangência da Lei (art. 1º). Definição de servidor público e cargo público (arts. 2º e 3º).
Proibição de prestação de serviços gratuitos (art. 4º).

1) De acordo com os seus conhecimentos sobre a Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta:

- a) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- b) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- c) Os cargos públicos são criados por lei e são acessíveis a todos os brasileiros.
- d) É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.
- e) Os cargos públicos possuem denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento sempre em caráter efetivo.

Comentários:

Letra A - correta. Conforme o art. 2º da Lei 8.112/1990:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Letra B - correta. Conforme o art. 3º da Lei 8.112/1990:

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Letra C - correta. Conforme o parágrafo único, do art. 3º, da Lei 8.112/1990:

Art. 3º, Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão

Letra D - correta. Conforme o art. 4º da Lei 8.112/1990:

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Letra E - incorreta. Conforme o parágrafo único, do art. 3º, da Lei 8.112/1990, os cargos públicos possuem denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter tanto efetivo como em comissão (e não somente em caráter efetivo), o que torna a assertiva incorreta.



Art. 3º, Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão

Gabarito: Letra E

Formas de provimento (art. 5º a 32)

2) Ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, constitui requisito indispensável para acesso a cargos ou empregos públicos a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. A respeito das formas de provimento de cargo público, assinale a alternativa que está em consonância com os ditames da Lei nº 8.112/1990:

- a) O ingresso no serviço público é restrito aos brasileiros, natos ou naturalizados.
- b) O provimento dos cargos públicos no âmbito da Administração Pública federal direta far-se-á mediante ato do Presidente da República.
- c) O novo servidor, na data da posse, deve ter, no mínimo, 18 anos de idade.
- d) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- e) São formas de provimento de cargo público, entre outras: nomeação, promoção, ascensão, transferência e remoção.

Comentários:

Letra A - incorreta. Há possibilidade de estrangeiros ingressarem no serviço público, conforme o art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.112/1990:

Art. 5º, § 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

Letra B – incorreta. O ato é da autoridade competente de cada Poder, conforme o art. 6º da Lei nº 8.112/1990:

Art. 6º O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Letra C - correta. A assertiva está correta, pois, conforme o art. 5º, *caput* e inciso V, e o art. 7º, da Lei nº 8.112/1990, a investidura ocorre com a posse. Logo, é na data da posse que o servidor deve ter 18 anos de idade.

Art. 5º: São requisitos básicos para investidura em cargo público:

(...)

V - a idade mínima de dezoito anos;

(...)

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Letra D - incorreta. A investidura em cargo público ocorre com a posse, conforme o art. 7º da Lei nº 8.112/1990 supra.

Letra E - incorreta. A ascensão, transferência e remoção não são formas de provimento, pois não estão previstas no art. 8º da Lei nº 8.112/1990:

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

I – nomeação;

II – promoção;

III – revogado

IV – revogado

V – readaptação;

VI – reversão;

VII – aproveitamento;

VIII – reintegração;

IX – recondução.

Gabarito: Letra C

3) A respeito da posse em cargo público, com base na Lei nº 8.112/1990, considere as seguintes afirmações:

I - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

II - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 30 dias prorrogáveis por igual período.

III - A posse poderá dar-se mediante procuraçāo geral.

Estão corretos os seguintes itens:

a) I.



b) II.

c) III.

d) I e II.

e) II e III.

Comentários:

Relembremos o teor do art. 13, §§ 3º, 4º e 6º, da Lei nº 8.112/1990:

Art. 13, § 3º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

(...)

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Item I – correto. Já que a nomeação é forma originária de provimento de cargo público, hipótese em que haverá posse. As demais espécies de provimento (readaptação, reversão, reintegração...) são formas derivadas de acesso ao cargo público, dispensada a posse, nesses casos.

Item II – incorreto. Já que, de acordo com o art. 13, § 1º, da Lei 8112/1990, o período de 30 dias para a posse, contados da nomeação, é improrrogável.

Art. 13, § 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

Item III – incorreto. Conforme o art. 13, § 3º, da Lei 8112/1990, a posse poderá dar-se mediante procuração específica, não geral.

Art. 13, § 3º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

Gabarito: Letra A

4) A respeito do provimento derivado de cargos públicos, considere:

I – retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

II – investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.



III – retorno a atividade de servidor aposentado.

IV – reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com resarcimento de todas as vantagens.

Essas modalidades referem-se, respectivamente, a:

- a) readaptação, recondução, reversão, reintegração.
- b) reversão, readaptação, recondução e reintegração.
- c) readaptação, recondução, reintegração e reversão.
- d) recondução, reversão, reintegração, readaptação.
- e) recondução, readaptação, reversão, reintegração.

Comentários:

Relembremos o teor dos artigos 24, *caput*, 25, *caput*, 28, *caput*, e 29, *caput* e inciso I, da Lei nº 8.112/1990:

*Art. 24. **Readaptação** é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.*

(...)

*Art. 25. **Reversão** é o retorno à atividade de servidor aposentado*

(...)

*Art. 28. A **reintegração** é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com resarcimento de todas as vantagens.*

(...)

*Art. 29. **Recondução** é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:*

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

Assim, os itens I, II, III e IV da questão referem-se, respectivamente, à recondução, à readaptação, à reversão e à reintegração.

Gabarito: Letra E



5) Relacione as formas de provimento de cargo público, previstas no art. 8º da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, às suas respectivas características. Ao final, assinale a opção correspondente.

1. promoção

2. readaptação

3. reintegração

4. recondução

() é caracterizada pelo retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo ou quando o anterior ocupante é reintegrado.

() é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

() é caracterizada pelo retorno do servidor estável a seu cargo anteriormente ocupado, ou cargo resultante de sua transformação, após ter sido invalidada sua demissão, com ressarcimento de todas as vantagens.

() é a forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada.

1, 2, 3, 4

4, 3, 1, 2

1, 3, 4, 2

4, 2, 3, 1

4, 1, 3, 2

Comentários:

Readaptação – art. 24, *caput*, da Lei 8.112/1990:

Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

Reintegração - art. 28, *caput*, da Lei 8.112/1990:

A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens”.

Recondução – art. 29 da Lei 8.112/1990:



Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Promoção – é a forma de provimento pela qual, dentro da carreira a que pertence, o servidor passa para cargo de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuições.

Desta forma, a sequência dos itens é a (4) (2) (3) (1).

Gabarito: Letra D

6) De acordo com os seus conhecimentos sobre a Lei 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- a) Dentre os requisitos básicos de investidura em cargo público, podemos citar a nacionalidade brasileira, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, a idade mínima de dezesseis anos e a aptidão física e mental.
- b) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado reserva de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- c) O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que receberá apenas a remuneração maior dentre ambos os cargos.
- d) A nomeação far-se-á em caráter efetivo ou em comissão, devendo para tanto, haver prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- e) Além do concurso público ter validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, é vedado a abertura de novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Comentários:

Letra A - incorreta. O erro da assertiva está em afirmar que a idade mínima para ingresso em cargo público é de dezesseis anos. Segundo a Lei 8.112/1990, a idade mínima é de dezoito anos, conforme o art. 5º inciso V, da Lei 8.112/1990:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;



III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

Letra B - incorreta. O erro da assertiva está na porcentagem apresentada. A reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência é de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso, conforme o art. 5º, § 2º, da Lei 8.112/1990.

Art. 5º, § 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Letra C - incorreta. Quando o servidor ocupante de cargo em comissão for nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, não haverá prejuízo das atribuições do cargo que atualmente ocupa, e no caso, deverá OPTAR pela remuneração de um dos cargos. Não é obrigatório o recebimento da remuneração maior dentre ambos os cargos, o que torna a assertiva incorreta.

Art. 9º, Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Letra D - incorreta. De fato, a nomeação far-se-á em caráter efetivo ou em comissão. Entretanto, a exigência de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos está presente apenas na nomeação em caráter efetivo, ou seja, apenas para nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo, conforme o art. 10 da Lei 8.112/1990.

Art. 9º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

(...)

Art. 10. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Letra E - correta. De acordo com o art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.112/90:



Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Gabarito: Letra E

7) De acordo com os seus conhecimentos sobre a Lei 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta:

- a) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento
- b) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio ou declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- c) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, podendo ser empossado somente aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
- d) O servidor tem até 15 dias, contados da data da posse em cargo público, para entrar em exercício.
- e) O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação

Comentários:

Letra A - correta. De acordo com o art. 13, § 1º, da Lei 8.112/1990:

Art. 13, § 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

Letra B - incorreta. Conforme o art. 13, § 5º, da Lei 8.112/90, na data da posse, o servidor deverá apresentar tanto a declaração de bens e valores que constitui seu patrimônio quanto a declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 13, § 5º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Letra C - correta. De acordo com o art. 14 da Lei 8.112/1990.

Art. 14. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.



Paragrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo

Letra D - correto. De acordo com o art. 15, § 1º, da Lei 8.112/1990.

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Letra E - correto. De acordo com o art. 15, § 4º, da Lei 8.112/1990.

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 4º O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10

Gabarito: Letra B

8) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens que estão de acordo com a Lei 8.112/90:

I - A promoção interrompe o tempo de exercício, não sendo contado no novo posicionamento na carreira.

II - O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos em lei.

III - O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido cedido terá, no mínimo, quinze e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

IV - O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

a) I

b) II

c) I e II

d) II e III



e) III e IV

Comentários:

Item I - incorreto. De acordo com o art. 17 da Lei 8.112/90, a promoção NÃO interrompe o tempo de exercício, sendo contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.

Art. 17. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.

Item II - correto. Conforme o art. 15, § 2º, da Lei 8.112/90.

Art. 15, § 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18.

Item III - incorreto. O prazo mínimo é de dez dias e não de quinze dias, conforme o art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 8.112/90.

Art. 18. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

§ 1º Na hipótese de o servidor encontrar-se em licença ou afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do impedimento.

§ 2º É facultado ao servidor declinar dos prazos estabelecidos no caput.

Item IV - incorreto. O servidor também poderá perder o cargo em virtude de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, conforme o art. 22 da Lei 8.112/90:

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Gabarito: Letra B

9) Considerando a Lei 8.112/90, assinale a opção incorreta:

- a) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- b) Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.



c) A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

d) O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, deduzido das vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

e) Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Comentários:

Letra A - correta. Conforme o art. 20, § 2º, da Lei 8.112/90.

Art. 20, § 2º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

Letra B - correta. Conforme o art. 24, § 1º, da Lei 8.112/90.

Art. 24, § 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

Letra C - correta. Conforme o art. 25, § 1º, da Lei 8.112/90.

Art. 25, § 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Letra D - incorreta. As vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria também serão recebidas pelo servidor que retomar as atividades por interesse da administração, conforme o art. 25, § 4º da Lei 8.112/90:

Art. 25, § 4º O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

Letra E - correta. Conforme o art. 27 da Lei 8.112/90.

Art. 27. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Gabarito: Letra D

10) Considerando a Lei 8.112/90, assinale a opção correta:

a) O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.

b) A suspensão ou a interrupção do exercício do servidor serão registrados no assentamento do seu superior imediato.



c) Sera tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, sem exceções.

d) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade será feito, de preferência, com seu aproveitamento em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

e) Recondução ocorre apenas nos casos em que houver o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrente da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

Comentários:

Letra A - correta. Conforme o art. 20, § 3º da Lei 8.112/90:

Art. 20, § 3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes

Letra B - incorreta. Conforme o art. 16 da Lei 8.112/90, o registro do início, suspensão, interrupção ou reinício do exercício serão feitos no assentamento individual do servidor, e não de seu superior imediato.

Art. 16. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Letra C - incorreta. O caso citado possui uma exceção, que é a doença comprovada por junta médica oficial, conforme o art. 32 da Lei 8.112/90.

Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Letra D - incorreta. Não há discricionariedade quanto ao cargo que o servidor em disponibilidade deverá ser aproveitado ao retornar à atividade. Consta no artigo 30 da Lei 8.112/90:

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Letra E - incorreta. A recondução decorrerá também da reintegração do anterior ocupante, conforme o art. 29, incisos I e II, da Lei 8.112/90:

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Gabarito: Letra A



Vacância (arts. 33 a 35)

11) São hipóteses de vacância, exceto:

- a) Exoneração
- b) Promoção
- c) Readaptação
- d) Falecimento
- e) Reversão

Comentários:

Vejamos o teor do art. 33 da Lei nº 8.112/1990:

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;*
- II - demissão;*
- III - promoção;*
- IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)*
- V - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)*
- VI - readaptação;*
- VII - aposentadoria;*
- VIII - posse em outro cargo inacumulável;*
- IX - falecimento.*

Desta forma, o único item que não corresponde a uma hipótese de vacância é a letra E (reversão).

Gabarito: Letra E

12) De acordo com os seus conhecimentos sobre vacância em cargo público, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - A exoneração de cargo efetivo poderá ser decorrente tanto de pedido do servidor, quanto de ofício.



II - A exoneração de ofício ocorre apenas quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Item III - A exoneração de cargo em comissão poderá ocorrer a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.

- a) Apenas o item I está correto
- b) Apenas o item II está correto
- c) Apenas o item III está correto
- d) O item I e III estão corretos
- e) O item II e III estão corretos

Comentários:

Item I - correto. Conforme o art. 34 da Lei 8.112/90:

Art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Item II - incorreto. O item está incorreto, pois existem dois casos para a exoneração de ofício, conforme o art. 34 da Lei 8.112/1990: a não entrada em exercício no prazo estabelecido de servidor já empossado, e quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.

Art. 34, Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido

Item III - correto. Conforme o art. 35 da Lei 8.112/90:

Art. 35. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

Gabarito: Letra D

Remoção e redistribuição (arts. 36 e 37)

13) Utilize seus conhecimentos acerca da remoção e redistribuição citada na Lei 8.112/90, e assinale a alternativa incorreta:



- a) A remoção e o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- b) Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.
- c) O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.
- d) Poderá ocorrer a remoção para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, no caso em que houver promoção de processo seletivo onde o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
- e) A redistribuição será acompanhada necessariamente do interesse da administração, equivalência de vencimentos, renovação da essência das atribuições do cargo e sua compatibilidade com as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

Comentários:

Letra A - correta. Conforme o art. 36 da Lei 8.112/90:

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Letra B - correta. Conforme o art. 37 da Lei 8.112/90:

Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Letra C - correta. Conforme o art. 37, § 4º, da Lei 8.112/1990

Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 4º O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

Letra D - correta. Há três hipóteses de pedido de remoção para outra localidade, independente do interesse da Administração. São eles:

Art. 36, III (...)



a) para acompanhar conjugue ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Letra E - incorreta. Conforme o art. 37, inciso III, da Lei 8.112/1990, quando houver a redistribuição, as essências das atribuições do cargo deverão ser mantidas, e não renovadas.

Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

I - interesse da administração; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

II - equivalência de vencimentos; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

III - manutenção da essência das atribuições do cargo; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Gabarito: Letra E

Substituição (arts. 38 e 39)

14) Analise os itens a seguir acerca da substituição de servidores, e assinale a alternativa correta:

I - O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.



II - Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, posteriormente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

III- O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a vinte dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Os itens I e II estão corretos.
- e) Os itens II e III estão corretos.

Comentários:

Item I - correto. Conforme o art. 38, § 1º, da Lei 8.112/1990.

Art. 38, § 1º O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

Item II - incorreto. Conforme o art. 38 da Lei 8.112/1990, quando houver a omissão de indicação de substituto no regimento interno do órgão ou entidade, o dirigente máximo deverá designar o substituto PREVIAMENTE:

Art. 38. Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

Item III - incorreto. Conforme o art. 38, § 2º, da Lei 8.112/1990, a retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, ocorrerão apenas quando a substituição superar trinta dias consecutivos:

Art. 38, § 2º O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.

Gabarito: Letra A

Vencimento e Remuneração (arts. 40 a 48)



15) Considerando a legislação de pessoal em vigor e a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a opção correta.

- a) A limitação temporal para a apresentação do atestado médico para homologação encontra fundamento na Lei n. 8.112/90.
- b) O estágio probatório protege o funcionário contra a extinção do cargo.
- c) É possível a recondução à pedido enquanto o servidor estável estiver em estágio probatório.
- d) É sempre necessária a reposição dos pagamentos indevidos efetuados pela Administração ao servidor, sob pena de enriquecimento ilícito deste.
- e) Sempre que comprovada a ocorrência de caso fortuito ou força maior, será admitida a compensação de horário.

Comentários:

Letra A - incorreta. A Lei 8.112/90 não prevê prazo para apresentação de atestado. Porém, o STJ já considerou que:

"não se mostra desarrazoada ou exorbitante dos limites do poder regulamentar a resolução que, à falta de norma disciplinadora da lei federal à época, fixa prazo para a apresentação do atestado médico particular para homologação, sob risco de que já tenha terminado o tratamento de saúde quando vier a ser concedido o afastamento ao servidor".

Letra B - incorreta. O estágio probatório não protege, conforme a Súmula 22 do STF:

Súmula 22 - O estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo.

Letra C - correta. Conforme entendimento do STJ no MS 12.576/DF.

Mandado de segurança. Servidor público federal estável. Estágio probatório em outro cargo público de regime jurídico distinto. Recondução ao cargo anteriormente ocupado. Possibilidade.

Letra D - incorreta. Nem sempre é necessária a reposição. Com efeito, o STJ entende que é desnecessária a reposição dos pagamentos indevidos efetuados pela Administração ao servidor ou aposentado que os tenham recebido de boa-fé, considerando a presunção de legalidade do ato administrativo e o caráter alimentar das parcelas salariais.

Letra E - incorreta. A compensação de horário é prevista no art. 44, parágrafo único, da Lei 8.112/90. Porém depende da discricionariedade da chefia imediata, conforme transrito a seguir:

Art. 44, Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Gabarito: Letra C



16) A respeito dos vencimentos e remunerações dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Vencimento é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- b) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- c) É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, incluindo as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- d) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
- e) O total de consignações facultativas não excederá a 30% da remuneração mensal do servidor, sendo 5% reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito e utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Comentários:

Letra A - incorreta. Conforme o art. 41 da Lei 8.112/1990, a descrição refere-se à remuneração, e não a vencimento.

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Letra B - incorreta. Conforme o art. 40 da Lei 8.112/1990, a descrição refere-se à vencimento, e não a remuneração.

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Letra C - incorreta. Conforme o art. 41, § 4º, da Lei 8.112/1990, a isonomia de vencimentos não inclui as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 41, § 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Letra D - correta. Conforme o art. 44, parágrafo único, da Lei 8.112/1990:

Art. 44, Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.



Letra E - incorreta. Conforme o art. 44, § 2º, da Lei 8.112/1990, a porcentagem máxima para consignações facultativas é de 35%, e não de 30%.

Art. 44, § 2º O total de consignações facultativas de que trata o § 1º não excederá a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração mensal, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para: (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Gabarito: Letra D

17) A respeito dos vencimentos e remunerações dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.
- b) O valor de cada parcela da reposição ou indenização ao erário a ser paga, não poderá ser inferior ao correspondente a 10% da remuneração, provento ou pensão.
- c) Quando ocorrer pagamento indevido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.
- d) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de trinta dias para quitar o débito.
- e) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Comentários:

Vejamos os artigos que são tratados na questão:

Art. 46. As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado (Letra A - CORRETA)

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão. (Letra B - CORRETA)

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela. (Letra C - CORRETA)



§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento a decisão liminar, a tutela antecipada ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.

Art. 47. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito. (Letra D - INCORRETA).

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 48. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial. (Letra E - CORRETA).

Letra A - correto. Conforme o art. 46, *caput*, da Lei 8.112/1990.

Letra B - correto. Conforme o art. 46, § 1º, da Lei 8.112/1990.

Letra C - correto. Conforme o art. 46, § 2º, da Lei 8.112/1990.

Letra D - incorreto. O prazo correto para quitação de débito com o erário o caso de servidor demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada é de sessenta dias, e não de trinta dias, conforme o art. 47 da Lei 8.112/1990.

Letra E - correto. Conforme o art. 48 da Lei 8.112/1990.

Gabarito: Letra D

Vantagens: indenizações, retribuições, gratificações e adicionais (arts. 49 a 76)

18) A respeito dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O adicional de horas extras é remunerado com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho, não integrando a remuneração do servidor público federal, por possuir natureza indenizatória.
- b) A gratificação natalina integra os vencimentos para fins de cálculo de outras vantagens e adicionais.
- c) Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento de servidor público federal.
- d) Predomina o entendimento de que, no âmbito da Administração Pública federal, a aquisição da estabilidade está desvinculada do estágio probatório, uma vez que, conforme a Constituição Federal de 1988, a estabilidade é alcançada após 3 anos de efetivo exercício e, nos termos da Lei nº 8.112/1990, o estágio probatório dura 24 meses.
- e) O servidor público submetido, ao mesmo tempo, a condições de trabalho insalubres e perigosas receberá os respectivos adicionais.



Comentários:

Letra A - INCORRETA. Conforme o art. 61, *caput* e inciso V, da Lei nº 8.112/1990, o adicional de hora extra possui natureza salarial, e não indenizatória, pois retribui / remunera o trabalhador pela prestação de jornada extraordinária.

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:

(...)

V - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

Letra B - incorreta. Conforme o art. 66 da Lei nº 8.112/1990, a gratificação natalina (13º salário) não integra a base de cálculo de nenhuma vantagem pecuniária:

Art. 66. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Letra C - correta. Conforme o art. 45, *caput* e § 1º, da Lei nº 8.112/1990:

Art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Assim, por previsão legal, o desconto de remuneração ou provento de servidor público federal depende de imposição legal, mandado judicial ou autorização do servidor.

Letra D - incorreta. O STF entende que a estabilidade e o estágio probatório estão sujeitos ao prazo comum de 3 anos, apesar de na Lei nº 8.112/1990 constar que o estágio probatório dura 24 meses:

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: ([vide EMC nº 19](#))

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade



Letra E - incorreta. O art. 68, § 1º, da Lei nº 8.112/1990 veda o recebimento cumulado dos adicionais de insalubridade e periculosidade:

Art. 68, O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

Gabarito: Letra C

19) Sobre a Lei nº 8.112/90, marque a alternativa correta:

- a) Constituem modalidades de indenização ao servidor público o auxílio-moradia, a ajuda de custo e o adicional noturno.
- b) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é redutível nas situações legalmente estabelecidas.
- c) A reversão a pedido exige, além da solicitação do servidor, que haja cargo vago, que a aposentadoria tenha sido voluntária e tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação e que o servidor fosse estável quando na atividade.
- d) São hipóteses de vacância que constituem sanção disciplinar a demissão e a exoneração.
- e) O servidor em estágio probatório não pode ser afastado para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

Comentários:

Letra A - incorreta. Conforme o art. 61, inciso VI, da Lei 8.112/1990, o adicional noturno, como o próprio nome diz, constitui uma espécie de “adicional”.

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:

(...)

VI - adicional noturno;

Letra B – incorreta. Conforme o art. 41, § 3º, da Lei 8.112/1990, o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

(...)

§ 3º O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.



Letra C – correta. Os requisitos para a reversão voluntária estão previstos no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.112/1990:

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

(...)

II - no interesse da administração, desde que:

- a) tenha solicitado a reversão;*
- b) a aposentadoria tenha sido voluntária;*
- c) estável quando na atividade;*
- d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;*
- e) haja cargo vago.*

Letra D - incorreta. Apenas a demissão é hipótese de vacância que constitui sanção disciplinar.

Letra E – incorreta. Conforme o art. 20, § 5º, da Lei 8.112/1990, o estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83 [licença saúde em pessoa da família], 84, § 1º [licença por afastamento de cônjuge], 86 [licença para atividade política] e 96 [afastamento para estudo ou missão no exterior], bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

Art. 20, § 5º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1º, 86 e 96, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.

Gabarito: Letra C

20) Sobre as Vantagens pagas ao servidor, assinale a alternativa incorreta:

- a) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor indenizações, gratificações e/ou adicionais.
- b) As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- c) O servidor poderá receber ajuda de custo destinada a compensar as despesas com sua instalação que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
- d) A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 5 (cinco) meses.



e) Sera concedida ajuda de custo aquele que, nao sendo servidor da Uniao, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Comentários:

Letra A - correta. Conforme o art. 49 da Lei 8.112/1990:

Art. 49. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - gratificações;

III - adicionais.

§ 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

Letra B - correta. Conforme o art. 50 da lei 8.112/1990:

Art. 50. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Letra C - correta. Conforme o art. 53 da Lei 8.112/1990, quando no interesse do serviço, o servidor passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, receberá ajuda de custo destinada a compensar as despesas para a sua instalação.

Art. 53. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.

Letra D - incorreta. Conforme o art. 54 da Lei 8.112/1990, a ajuda de custo não pode exceder o equivalente a três meses da remuneração do servidor, e não a cinco meses. Segue trecho da lei que trata sobre o assunto:

Art. 54. A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.

Letra E - correta. Conforme o art. 56 da lei 8.112/1990:

Art. 56. Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Gabarito: Letra D



21) De acordo com a lei 8.112/1990 sobre diárias, indenização de transporte e auxílio-moradia, assinale a alternativa correta.

- a) Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor deverá receber diárias equivalentes aos dias em que estiver afastado.
- b) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 3 dias.
- c) O servidor que retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, fica obrigado a restituir a diária recebida no prazo de 5 dias úteis.
- d) Será concedida indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.
- e) O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 20% do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado.

Comentários:

Letra A - incorreta. A diária é concedida ao servidor nos casos de afastamento a serviço em caráter eventual ou transitório. No caso de afastamento em caráter permanente, não serão pagas diárias, conforme o art. 58, § 2º, da Lei 8.112/1990.

Art. 58. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

(...)

§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Letra B - incorreta. Conforme o art. 59 da Lei 8.112/1990, a restituição de diária no caso de não haver o motivo para a sua concessão é de 5 dias.

Art. 59. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Letra C - incorreta. Conforme o art. 59, parágrafo único, da Lei 8.112/1990, nos casos em que o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, será obrigado a restituir apenas a diária recebida em excesso. O prazo para a restituição é de cinco dias consecutivos.



Art. 59, Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.

Letra D - correta. Conforme o art. 60 da Lei 8.112/1990:

Art. 60. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Letra E - incorreta. Conforme o art. 60-D da Lei 8.112/1990, o limite do auxílio-moradia é de 25% do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado. Vale ressaltar que o auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.

Art. 60-D. O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado.

§ 1º O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.

Gabarito: Letra D

22) Sobre as Vantagens pagas ao servidor, assinale a alternativa correta:

- a) A gratificação natalina corresponde a 1/12 da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, sendo que a fração igual ou superior a 20 dias será considerada como mês integral.
- b) A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.
- c) Os servidores que operam Raios X ou substâncias radioativas serão submetidos a exames médicos a cada 4 meses.
- d) O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25%, computando-se cada hora como cinquenta e cinco minutos e trinta segundos.
- e) A Gratificação por Encargo de Curso é incorporada ao vencimento ou salário do servidor, sendo utilizada como base de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Comentários:

Letra A - incorreta. O erro da alternativa está nos dias em que pode ser considerado mês integral para cálculo da gratificação natalina. Conforme o art. 63 da lei 8.112/1990, a fração igual ou superior a 15 dias será considerada como mês integral.



Art. 63. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Letra B - correta. Conforme o parágrafo único, do artigo 69, da lei 8.112/1990:

Art. 69. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Letra C - incorreta. Conforme o art. 72 da Lei 8.112/1990, os exames médicos para servidores que operam Raios X ou substâncias radioativas será feito a cada 6 meses:

Art. 72. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

Letra D - incorreta. Conforme o art. 75 da Lei 8.112/1990, o computo de cada hora abarcada por adicional noturno será equivalente a cinquenta e dois minutos e trinta segundos:

Art. 75. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Letra E - incorreta. Conforme o art. 76-A, § 3º, da Lei 8.112/1990, a gratificação por encargo de curso NÃO PODE SER incorporada ao vencimento ou salário do servidor, e NÃO PODE SER utilizada como base de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Art. 76-A, § 3º A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor, para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Gabarito: Letra B

Férias (arts. 77 a 80)



23) Raquel, servidora do Tribunal Superior do Trabalho, ingressou no serviço público federal em maio de 2017 e pretende usufruir férias em março de 2018, pois sua família viajará a lazer para praias do Caribe. Nessa situação, nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- a) Raquel poderá tirar férias proporcionais aos meses de serviço exercidos.
- b) Raquel poderá tirar férias de apenas 10 dias.
- c) Raquel poderá tirar férias de 20 dias, por aplicação analógica do art. 79 da Lei nº 8.112/1990, uma vez que ultrapassou o período de 6 meses de serviço.
- d) Raquel poderá tirar férias de 30 dias, referentes ao período do ano de 2018.
- e) Raquel não poderá tirar férias em março de 2018, pois não terá alcançado o período aquisitivo referente ao primeiro período de descanso.

Comentários:

Vejamos o teor dos arts. 77 e 79 da Lei nº 8.112/1990:

Art. 77. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.

(...)

Art. 79. O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

Para adquirir direito às suas primeiras férias, o servidor deve cumprir 12 meses de exercício no serviço público federal.

Letras A, B, C e D - incorretas. A não ser que se trate de servidor que opere direta e permanentemente com raio-x ou substâncias radioativas, não há exceção à regra de que as primeiras férias do servidor exigem 12 meses de exercício no serviço público federal, não se admitindo aplicação analógica do art. 79 da Lei nº 8.112/1990.

Como a questão não fala de operação com raio-x ou substâncias radioativas, a assertiva é a letra E (Raquel não poderá tirar férias em março de 2018, pois não terá alcançado o período aquisitivo referente ao primeiro período de descanso).



Gabarito: Letra E

24) De acordo com os seus conhecimentos sobre o direito de férias citado na lei 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta:

- a) O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.
- b) Em caso de parcelamento das férias, o servidor receberá o valor adicional de 1/3 a mais do que o salário normal, na utilização do primeiro período.
- c) As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.
- d) A indenização de férias de servidor exonerado será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.
- e) O pagamento da remuneração das férias será efetuado em até 24 horas antes do início do respectivo período.

Comentários:

Letra A - correta. Conforme o art. 78, § 3º, da Lei 8.112/1990.

Art. 78, § 3º O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

Letra B - correta. Conforme o art. 78, § 5º, da Lei 8.112/1990.

Art. 78, § 5º Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal quando da utilização do primeiro período.

Letra C - correta. Conforme o art. 80 da Lei 8.112/1990.

Art. 80. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Letra D - correta. Conforme o art. 78, § 4º, da Lei 8.112/1990.

Art. 78, § 4º A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.



Letra E - incorreta. Conforme o art. 78, *caput*, da Lei 8.112/1990, o pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Art. 78. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, observando-se o disposto no § 1º deste artigo.

Gabarito: Letra E

Licenças, afastamentos e concessões (arts. 81 a 99)

25) Rubens é servidor público do Ministério do Trabalho e se casará em breve. O pai de Adriana, servidora pública da Universidade de Brasília há 5 anos, faleceu recentemente. Gean, servidor público da ABIN pretende doar sangue. Os prazos para ausência do serviço, sem qualquer prejuízo, nas hipóteses mencionadas, são de, respectivamente:

- a) 7 dias, 8 dias, 1 dia.
- b) 8 dias, 7 dias, 1 dia.
- c) 8 dias, 3 dias, 2 dias.
- d) 8 dias, 8 dias, 1 dia.
- e) 5 dias, 3 dias, 1 dia.

Comentários:

Eis o teor do art. 97 da Lei nº 8.112/1990:

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou cadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 2 (dois) dias;

III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Assim, os prazos de afastamento em virtude de casamento, falecimento de pai e doação de sangue são, respectivamente, de 8 dias, 8 dias e 1 dia.

Gabarito: Letra D



26) Considere a seguinte situação hipotética: Alfredo, servidor público federal desiludido com o atual contexto político do país, pretende licenciar-se do cargo que ocupa para candidatar-se a cargo eletivo nas próximas eleições. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- a) Alfredo terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- b) a partir do registro da candidatura e até o terceiro mês seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo.
- c) se Alfredo candidatar-se a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e exercer cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do terceiro mês imediatamente anterior à data do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
- d) Alfredo terá direito à licença, sem remuneração, desde o dia do registro de sua candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- e) Alfredo terá direito a licença remunerada a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição.

Comentários:

Vejamos o que dispõe o artigo 86 da Lei nº 8.112/1990, que trata sobre a licença para atividade política:

Art. 86. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerce cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

Letra A – correta. A Lei nº 8.112/1990 garante o direito à licença para atividade política, sem remuneração, desde a escolha do candidato em convenção partidária até a véspera do registro da sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Letra B - incorreta. A licença para atividade política com remuneração é devida a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, limitado ao período de três meses.



Letra C - incorreta. O atestado, nesse caso, dar-se-a a partir do dia imediato ao do registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao das eleições.

Letra D - incorreta. A licença sem remuneração é devida desde a escolha do candidato em convenção partidária até a véspera do registro da sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Letra E - incorreta. Não ressalva que a licença com remuneração é restrita ao período máximo de 3 meses.

Gabarito: Letra A

27) Juliana é servidora pública federal e está no segundo período da faculdade de Engenharia Civil da sua cidade. A Administração Pública, no seu interesse, editou ato que determinou a mudança de sede de Juliana. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, sendo preenchidos os demais requisitos legais, será assegurada matrícula em instituição de ensino congênere,

- a) no início do próximo ano letivo, desde que exista vaga.
- b) apenas na localidade da nova residência.
- c) em qualquer período do ano, mas apenas se houver vaga, arcando a Administração Pública com eventuais prejuízos suportados pela servidora em decorrência do período em que ela ficar sem estudar.
- d) na localidade da nova residência ou na mais próxima, em qualquer época do ano, independentemente de vaga.
- e) no início do ano letivo seguinte, independentemente de vaga.

Comentários:

Letra A - incorreta. Conforme o art. 99 da Lei 8.112/1990, a matrícula será assegurada em qualquer época do ano.

Art. 99. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

Letra B - incorreta. Conforme o art. 99 da Lei 8.112/1990, poderá ser assegurada matrícula na localidade da nova residência de Juliana ou na mais próxima.

Letra C - incorreta. Conforme o art. 99 da Lei 8.112/1990, a matrícula será assegurada independentemente de vaga, evitando-se prejuízos à servidora.



Letra D - correta. De acordo com o art. 99 da Lei nº 8.112/1990. Logo, será assegurada a Juliana a matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época do ano, independentemente da existência de vaga.

Letra E - incorreta. Conforme o art. 99 da Lei 8.112/1990, a matrícula será assegurada em qualquer época do ano letivo.

Gabarito: Letra D

28) Quanto às regras impostas aos servidores públicos federais, consoante disposição da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é incorreto afirmar que:

- a) para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, o afastamento do servidor dar-se-á com perda total da remuneração.
- b) para ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, o servidor prescinde de autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) para a participação do servidor em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País, são possíveis a compensação de horário e o afastamento do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração.
- d) a duração máxima do trabalho semanal do servidor é de quarenta horas.
- e) durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Federal, o servidor terá direito a licença.

Comentários:

Letra A - correta. Conforme o art. 96 da Lei 8.112/1990, há perda total da remuneração.

Art. 96. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

Letra B - incorreta. Contrariando o *caput* do art. 95 da Lei 8.112/1990.

Art. 95. O servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Letra C - correta. Conforme o art. 96-A da Lei 8.112/1990.

Art. 96-A. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.



Letra D - correta. Conforme o art. 19, *caput*, da Lei 8.112/90.

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

Letra E - correta. Conforme o art. 86, *caput*, da Lei 8.112/1990, o servidor terá direito a licença para atividade política.

Art. 86. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Gabarito: Letra B

29) Referente a licenças, afastamentos e concessões, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa que contenham apenas as pessoas que falaram a verdade.

Rafaela: É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família

Cristiano: A licença concedida dentro de 90 dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Luiz: A licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro será por prazo indeterminado e sem remuneração.

Marisa: Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

- a) Rafaela e Cristiano estão certos
- b) Rafaela e Luiz estão certos
- c) Cristiano e Luiz estão certos
- d) Cristiano, Luiz e Marisa estão certos
- e) Rafaela, Luiz e Marisa estão certos

Comentários:

Rafaela - correta. Rafaela fala a verdade, e está de acordo com o art. 81, § 3º, da Lei 8.112/1990:

Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:



I - por motivo de doença em pessoa da família;

(...)

§ 3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo.

Cristiano - incorreto. Cristiano não fala a verdade, pois, conforme o art. 82 da Lei 8.112/1990, a licença será considerada como prorrogação se for concedida dentro de 60 dias do término de outra da mesma espécie.

Art. 82. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Luiz - correto. Luiz fala a verdade, e está de acordo com o art. 84, § 1º, da Lei 8.112/1990:

Art. 84. Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

Marisa - correta. Marisa fala a verdade e está de acordo com o art. 85, parágrafo único, da Lei 8.112/1990:

Art. 85. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Gabarito: Letra E

Tempo de serviço (arts. 100 a 103)

30) Considere as seguintes hipóteses:

I – Férias.

II - Exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República.

III – Participação em júri.

IV – Licença-paternidade.

A Lei nº 8.112/1990 considera, como de efetivo exercício, os afastamentos previstos nos itens

a) I, III e IV.



b) I, II e IV.

c) I, II, III e IV.

d) II, III e IV.

e) III e IV.

Comentários:

Relembremos o texto do art. 102 da Lei nº 8.112/1990:

Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I – férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República;

IV - participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento;

V - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII - missão ou estudo no exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento;

VIII – licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado à União, em cargo de provimento efetivo;

c) para o desempenho de mandato classista ou participação de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores para prestar serviços a seus membros, exceto para efeito de promoção por merecimento;

d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

e) para capacitação, conforme dispuser o regulamento;



J) por convocação para o serviço militar;

IX - deslocamento para a nova sede de que trata o art. 18;

X - participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica;

XI - afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

As férias, o exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, a participação em júri e a licença-paternidade estão previstos, respectivamente, no art. 102, incisos I, III, VI e VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.112/1990 como hipóteses de afastamento em que se considera que houve efetivo exercício. Logo, todos os itens serão considerados.

Gabarito: Letra C

Direito de Petição (arts. 104 a 115)

31) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo. Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei 8.112/1990.

- a) Referente a petição, caberá recurso quando houver indeferimento do pedido de reconsideração ou contra decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
- b) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- c) O direito de requerer prescreve em 5 anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho, e em 120 dias nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.
- d) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não suspendem a prescrição.
- e) A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Comentários:

Letra A - correta. Conforme o art. 107 da Lei 8.112/1990

Art. 107. Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

Letra B - correta. Conforme o art. 108 da Lei 8.112/1990



Art. 108. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Letra C - correta. Conforme o art. 110 da Lei 8.112/1990

Art. 110. O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Letra D - incorreta. Conforme o art. 111 da Lei 8.112/1990, quando for cabível pedido de reconsideração ou de recurso, ocorre a interrupção da prescrição

Art. 111. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Letra E - correta. Conforme o art. 114 da Lei 8.112/1990

Art. 114. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Gabarito: Letra D

Regime disciplinar (arts. 116 a 142)

32) Allan, servidor público federal integrante do quadro do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, discutiu calorosamente com Rafael, seu subordinado, uma vez que seu subalterno vinha apresentando conduta desidiosa no desempenho de suas atribuições. Dessa discussão, resultaram agressões físicas mútuas, iniciadas por Allan. Nesse contexto, conforme a Lei nº 8.112/1990, Allan

- a) deve ser punido com a penalidade de demissão, em virtude da gravidade da sua conduta.
- b) deve ser punido com a penalidade de suspensão por período superior a 30 dias, limitada a 90 dias, pois a gravidade da sua conduta é atenuada pela desídia de Rafael, seu subordinado.
- c) deve ser punido com a penalidade de suspensão de até 30 dias, pois a gravidade da sua conduta é atenuada pela desídia de Rafael, seu subordinado.
- d) não deve ser punido, pois a reprovabilidade do comportamento de Rafael justifica a sua conduta.
- e) deve ser exonerado.

Comentários:

Vejamos o que dispõe o art. 132, *caput* e inciso VII, da Lei nº 8.112/1990:



Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

(...)

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

Letra A - correta. Conforme o art. 132, *caput* e inciso VII, da Lei nº 8.112/1990. A agressão física iniciada por Allan dá ensejo à aplicação da penalidade de demissão.

Letras B, C e D - incorretas. A penalidade a ser aplicada no caso de ofensa física é a demissão.

Letra E - incorreta. A exoneração não é modalidade de penalidade, mas sim de vacância de cargo em comissão. Ademais, não se pode inferir que Allan ocupava cargo em comissão pelo fato de ser chefe.

Gabarito: Letra A

33) Jair, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no exercício de suas atribuições, praticou ato de improbidade administrativa. Conforme previsto na Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar atinente ao ato infracional praticado por Jair prescreverá em

- a) 180 dias.
- b) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 5 anos.
- e) não prescreverá.

Comentários:

Vejamos o que dispõem os artigos 132, *caput* e inciso IV, e 142, *caput* e inciso I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

(...)

IV - improbidade administrativa;

(...)

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

(...)



I - em 5 (cinco) anos, quanto as infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

Assim, a prática de improbidade administrativa dá ensejo à penalidade disciplinar de demissão, que prescreve em 5 anos.

Gabarito: Letra D

34) Rones, antes servidor público do Ministério Público da União, foi condenado à penalidade de demissão, após regular procedimento administrativo. Marina, servidora do Ministério da Fazenda, foi destituída do cargo em comissão que ocupava. Conforme a Lei nº 8.112/1990, essas penalidades disciplinares foram aplicadas, respectivamente, pelo

- a) Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda.
- b) Procurador-Geral da República e pela autoridade que houver feito a nomeação.
- c) Procurador-Geral da República e pelo Presidente da República.
- d) Presidente da República, em ambos os casos.
- e) Procurador-Geral da República e pelo Ministro da Fazenda.

Comentários:

Vejamos o teor do artigo 141, *caput* e inciso I e IV, da Lei nº 8.112/1990:

Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;

IV - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

Logo, as penalidades disciplinares de demissão de servidor vinculado ao MPU e destituição de cargo em comissão no âmbito do Ministério da Fazenda são feitas, respectivamente, pelo Procurador-Geral da República e pela autoridade que houver feito a nomeação.

Gabarito: Letra B



35) Guilherme, servidor do Superior Tribunal de Justiça, foi chamado pelo setor de pessoal daquela Corte para atualizar seus dados cadastrais, recusando-se a fazê-lo. Em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar para a penalidade aplicável a Guilherme, nesse caso, prescreverá em

- a) 180 dias.
- b) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 5 anos.
- e) 10 anos.

Comentários:

Relembremos o teor dos artigos 117, inciso XIX, 129 e 142, inciso III, da Lei nº 8.112/1990:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

(...)

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

(...)

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

(...)

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

(...)

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

A recusa em atualizar os dados cadastrais sujeita o servidor público federal à penalidade de advertência, cuja ação disciplinar prescreve em 180 dias.

Gabarito: Letra A

36) Quanto ao regime disciplinar e à responsabilidade do servidor público, pode-se afirmar, corretamente, que:



- a) o servidor deve observar as normas legais e regulamentares, bem como cumprir, indistintamente, as ordens superiores.
- b) a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros, e depende da comprovação do dolo.
- c) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor solidariamente perante a Fazenda Pública.
- d) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por falta de provas.
- e) as sanções civis, penais e administrativas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente.

Comentários:

Letra A – incorreta. O servidor deve observar as normas legais e regulamentares, mas quanto ao cumprimento das ordens superiores, não deve cumpri-las quanto forem manifestamente ilegais, nos termos do art. 116, incisos III e IV da Lei 8.112/90:

Art. 116. São deveres do servidor:

(...)

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Letra B – incorreta. De acordo com o art. 122, *caput*, da Lei 8.112/1990, a responsabilidade civil se dá também na modalidade culposa.

Art. 122. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

Letra C – incorreta. De acordo com o art. 122, § 2º, da Lei 8.112/1990, a Fazenda Pública responde pelos danos causados por seus agentes a terceiros, sem prejuízo do direito de regresso contra o agente que tiver agido com culpa ou dolo.

Art. 122, § 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

Letra D - incorreta. De acordo com o art. 126 da Lei 8.112/1990, a absolvição por falta de provas não afasta a responsabilidade administrativa.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.



Letra E – correta. Conforme o art. 125 da Lei 8.112/1990, as sanções civis, penais e administrativas podem ser aplicadas cumulativamente.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Gabarito: Letra E

37) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa que contenha apenas os itens que estão de acordo com a lei 8.112/1990

I - Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

II - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

III - Será punido com suspensão de até 30 dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

IV - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 e 5 anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) III e IV
- e) I, II e IV

Comentários:

Item I - correto. De acordo com o art. 126-A da Lei 8.112/1990

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.



Item II - correto. De acordo com o art. 118, § 2º, da Lei 8.112/1990.

Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Item III - incorreto. De acordo com o art. 130, § 1º, da Lei 8.112/1990, a suspensão será de até 15 dias para o servidor que injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

Art. 130, § 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

Item IV - correto. De acordo com o art. 131 da Lei 8.112/1990.

Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Gabarito: Letra E

38) São penalidades disciplinares, exceto:

- a) Advertência
- b) Suspensão
- c) Demissão
- d) Destituição do cargo ou da função comissionada
- e) Multa

Comentários:

Vejamos o que diz o art. 127 da lei 8.112/1990:



Art. 127. São penalidades disciplinares:

- I - advertência;*
- II - suspensão;*
- III - demissão;*
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade; (Vide ADPF nº 418)*
- V - destituição de cargo em comissão;*
- VI - destituição de função comissionada.*

Desta forma, a única assertiva que não é uma penalidade disciplinar é a multa.

Gabarito: Letra E

Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (art. 143 a 182)

39) Considere os seguintes itens:

I - Interrogatório do servidor acusado.

II - Inquirição de testemunhas.

III - Indiciação do servidor.

IV - Apresentação de defesa escrita.

Conforme a Lei nº 8.112/1990, as fases do devido processo administrativo disciplinar acontecem na seguinte ordem:

a) I, II, III e IV.

b) II, I, III e IV.

c) III, IV, II e I.

d) III, IV, I e II.

e) I, IV, II e III.

Comentários:

Vejamos o teor dos arts. 157, 159 e 161, *caput* e § 1º, da Lei nº 8.112/1990:



Art. 157. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

(...)

Art. 159. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 157 e 158.

(...)

Art. 161. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

Portanto, o processo administrativo disciplinar deve seguir a seguinte ordem: 1) inquirição das testemunhas; 2) interrogatório do acusado; 3) indiciação do servidor; e 4) apresentação de defesa escrita.

Gabarito: Letra B

40) O Tribunal Superior do Trabalho instaurou processo administrativo disciplinar para apurar suposta conduta grave dos servidores Renata, Letícia e Márcio, que, caso confirmadas, sujeitariam os servidores à penalidade de demissão. Após o início do inquérito para investigação das mencionadas condutas, e tipificada a infração disciplinar, os três servidores foram citados pela autoridade responsável para apresentar defesa escrita. Nesse caso, o prazo para apresentação das defesas escritas será

- a) individual, de 10 dias para cada servidor.
- b) individual, de 20 dias para cada servidor.
- c) comum, de 10 dias.
- d) comum, de 20 dias.
- e) comum, de 30 dias.

Comentários:

Vejamos o teor do artigo 161 da Lei nº 8.112/1990:

Art. 161. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.



§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

Conforme previsto no art. 161, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, o fato de 3 servidores terem sido indiciados dá ensejo ao prazo comum de 20 dias para apresentação de defesa escrita.

Gabarito: Letra D

41) Sobre o processo administrativo disciplinar, podemos afirmar que:

- a) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração em até 30 dias, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
- b) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, mesmo que sejam feitas anonimamente.
- c) O prazo para a conclusão de sindicância aberta não excederá 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.
- d) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 (sessenta) dias, prorrogável por igual prazo devidamente justificado.
- e) O processo disciplinar se desenvolve na seguinte ordem: instauração, julgamento, inquérito e conclusão.

Comentários:

Letra A - incorreta. De acordo com o art. 143 da Lei 8.112/1990, quando a autoridade tiver ciência de irregularidade no serviço público, ela é obrigada a abrir sindicância ou processo administrativo disciplinar de forma IMEDIATA, assegurando ao acusado ampla defesa.

Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Letra B - incorreta. O art. 144 da Lei 8.112/1990 cita alguns requisitos para a formulação de denúncia sobre irregularidades no serviço público, sendo um deles a identificação e endereço do denunciante, formulada por escrito e confirmada a sua autenticidade.

Art. 144. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Letra C - correta. De acordo com o parágrafo único, do art. 145, da lei 8.112/1990:

Art. 145. Da sindicância poderá resultar:



I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Letra D - incorreta. De acordo com o art. 147 da Lei 8.112/1990, o afastamento preventivo que trata a alternativa não poderá ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Letra E - incorreta. De acordo com o art. 151 da Lei 8.112/1990, o processo disciplinar possui apenas três fases, sendo elas:

Art. 151 (...)

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

Gabarito: Letra C

42) Analise os itens a seguir a assinale a alternativa que contenha apenas os itens corretos:

I - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

II - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

III - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão emitirá parecer sobre a sua desqualificação, e notificará em até 10 dias, junta médica oficial para que prossiga com o inquérito.



IV - Autoridade julgadora proterá a sua decisão no prazo de 30 dias contados do recebimento do processo. Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

Comentários:

Item I - correto. De acordo com o art. 155 da Lei 8.112/1990.

Art. 155. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Item II - correto. De acordo com o art. 156 da Lei 8.112/1990.

Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Item III - incorreto. De acordo com o art. 160 da Lei 8.112/1990, quando houver suspeitas quanto à sanidade mental do acusado, a comissão nomeada deverá propor à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra. Segue trecho da lei que trata sobre o assunto:

Art. 160. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Item IV - incorreto. De acordo com o art. 167 da Lei 8.112/1990, o prazo para a decisão é de 20 dias contados do recebimento do processo.

Art. 167. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.



§ 2º Havendo mais de um iniciado e diversidade de sanções, o julgamento cabera a autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

Gabarito: Letra A

Seguridade social do servidor (art. 183 a 230)

43) De acordo com a Seguridade Social do Servidor, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.
- b) Dentre os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor, podemos citar: aposentadoria, auxílio-natalidade, salário-família, assistência à saúde e ao lazer, licença por acidente de trabalho e licença para tratamento de saúde.
- c) A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.
- d) A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 12 (doze) meses.
- e) O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, exceto no caso de natimorto.

Comentários:

Letra A - incorreta. De acordo com o art. 183, § 1º, da Lei 8.112/1990 e com o caso tratado, o servidor NÃO TERÁ direito ao benefício do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.

Art. 183, § 1º O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.

Letra B - incorreta. De acordo com o art. 185 Lei 8.112/1990, a assistência ao lazer não está compreendida no rol de benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor.

Art. 185. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

- a) aposentadoria;*
- b) auxílio-natalidade;*
- c) salário-família;*



- a) licença para tratamento de saúde;*
 - e) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade;*
 - f) licença por acidente em serviço;*
 - g) assistência à saúde;*
 - h) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias;*
- II - quanto ao dependente:*
- a) pensão vitalícia e temporária;*
 - b) auxílio-funeral;*
 - c) auxílio-reclusão;*
 - d) assistência à saúde.*

Letra C - correta. De acordo com o art. 187 da Lei 8.112/1990.

Art. 187. A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

Letra D - incorreta. De acordo com o art. 188, § 1º, da Lei 8.112/1990, da Lei 8.112/1990, a aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 188, § 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

Letra E - incorreta. A assertiva está incorreta, pois, conforme o art. 196 da Lei 8.112/1990, mesmo no caso de natimorto, será assegurado à servidora o auxílio-natalidade. Segue trecho da lei que trata sobre o assunto:

Art. 196. O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.

§ 1º Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento), por nascituro.

§ 2º O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

Gabarito: Letra C



44) Analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- a) O salário-família é devido apenas ao servidor ativo, sendo apurado por dependente econômico.
- b) Quando o pai e mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a mãe, e quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.
- c) O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para a Previdência Social.
- d) A licença para tratamento de saúde será sempre acompanhada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.
- e) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 ano de idade, serão concedidos 120 dias de licença remunerada.

Comentários:

Letra A - incorreta. De acordo com o art. 197, da Lei 8.112/1990, os servidores inativos também fazem jus ao salário-família.

Art. 197. O salário-família é devido ao servidor ativo ou ao inativo, por dependente econômico.

Letra B - incorreta. De acordo com o art. 199, da Lei 8.112/1990, quando o pai e mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles, e não necessariamente à mãe.

Art. 199. Quando o pai e mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles; quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Letra C - correta. Conforme o art. 200 da Lei 8.112/1990.

Art. 200. O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para a Previdência Social.

Letra D - incorreta. De acordo com o art. 204 da Lei 8.112/1990, quando a licença para tratamento de saúde for inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.

Art. 204. A licença para tratamento de saúde inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.

Letra E - incorreta. De acordo com o art. 210 da Lei 8.112/1990, será concedida licença remunerada de 90 dias para a servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 ano de idade.

Art. 210. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.



Gabarito: Letra C

45) Analise as alternativas a seguir e assinale a incorreta.

- a) Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.
- b) O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.
- c) A pensão por morte provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.
- d) O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a três meses da remuneração ou provento.
- e) O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

Comentários:

Letra A - correta. De acordo com o art. 211 da Lei 8.112/1990.

Art. 211. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Letra B - correta. De acordo com o art. 213 da Lei 8.112/1990.

Art. 213. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Parágrafo único. O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Letra C - correta. De acordo com o art. 221, parágrafo único, da Lei 8.112/1990.

Art. 221, Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Letra D - incorreta. De acordo com o art. 226 da Lei 8.112/1990, o auxílio-funeral é terá valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.

Art. 226. O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.



Letra E - correto. De acordo com o art. 229, § 2º, da Lei 8.112/1990.

Art. 229, § 2º O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

Gabarito: Letra D

Disposições Gerais (arts. 236 a 242)

46) De acordo com a Lei 8.112/1990, assinale a alternativa incorreta.

- a) Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.
- b) Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.
- c) Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.
- d) Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical.
- e) É vedado a instituição de prêmios pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais.

Comentários:

Letra A - correta. De acordo com o art. 239 da Lei 8.112/1990.

Art. 239. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Letra B - correta. De acordo com o art. 241 da Lei 8.112/1990.

Art. 241. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Letra C - correta. De acordo com o art. 241, parágrafo único, da Lei 8.112/1990.

Art. 241, Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

Letra D - correta. De acordo com o art. 240 da Lei 8.112/1990.



Art. 240. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

Letra E - incorreta. O artigo 237 da Lei 8.112/1990 cita alguns incentivos funcionais que podem ser instituídos no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos que já estão previstos nos respectivos planos de carreira. Vejamos abaixo:

Art. 237. Poderão ser instituídos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Gabarito: Letra E

...

Forte abraço!

Túlio Lages



Face: www.facebook.com/proftuliolages

Insta: www.instagram.com/proftuliolages

YouTube: youtube.com/proftuliolages



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.